

Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação?

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

Resumo

O trabalho pretende indicar um conjunto diverso de representações sobre a formação desejada para o professor escolar de Educação Física nos anos da ditadura militar no Brasil. Para tanto, vale-se de fontes diversas como depoimentos de professores, manifestos internacionais, atas de entidades classistas, além do debate expresso nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física e Esportes entre os anos 1968 e 1984. Conclui que a preocupação com uma formação dita científica para os professores, era questão de ordem para os mais diferentes agentes, que reivindicavam a elevação do status social e da valorização do professor de Educação Física.

Palavras chave: Disciplina escolar - História; Educação Física - História; Professores de Educação Física -Formação; Políticas públicas

Professor do Departamento de Teoria e Prática de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutor em História e Filosofia da Educação.

1 Introdução

Na colocação dos problemas histórico-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais “avançado” quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, talvez, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista crítico, o único fecundo na pesquisa científica.

(Antonio Gramsci)

Não é tarefa fácil abordar o tema da relação entre políticas públicas para a Educação Física no Brasil e a formação de professores sob a ótica da história. Primeiramente, porque hoje assistimos a uma proliferação de diferentes funções sociais para o profissional de Educação Física que nos faz perguntar o que é e o que não é Educação Física nesse universo, quem deveria formar profissionais tão diversos e o papel que caberia aos cursos de formação superior públicos no atendimento dessas demandas mais amplas. Segundo, e mais importante para mim, porque é ainda pouco explorada do ponto de vista histórico a apropriação feita pelos profissionais das diretrizes, normas, leis expressas naquelas políticas. Terceiro, por entender que historicamente a formação de *professores* esteve sob a chancela do estado, pelo menos naquilo que diz respeito ao atendimento das necessidades educativas e culturais de toda população, ou seja, a partir das políticas de universalização do acesso à cultura, aí incluída a escolarização, os equipamentos de lazer, entre outros.

Essas dificuldades em conjunto, aliadas à minha conhecida intervenção no campo da escolarização, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista do estudo da corporalidade, definem o âmbito a partir do qual organizei meus argumentos ao longo deste texto: a relação entre

políticas públicas para a educação e a Educação Física escolar brasileiras e a formação de professores escolares de Educação Física. Logo, preocupar-me-ei em discutir questões atinentes às formas como foram *pensadas* historicamente, do ponto de vista do poder público, o papel da disciplina de Educação Física nos currículos escolares, bem como a formação destinada aos professores que ocupariam aqueles espaços.

Não pretendo, assim delimitando o terreno da minha intervenção, oferecer um exaustivo estudo histórico da temática das políticas de formação docente em relação à organização da Educação Física escolar no Brasil. Isso seria extremamente pretensioso em um espaço tão limitado. Além disso, ainda carecemos de muitos estudos monográficos, localizados temporal e espacialmente, para que possamos nos lançar a uma tarefa dessa envergadura. Pretendo pois, como reclama a lógica histórica, falar de um tempo preciso – o período compreendido pela ditadura militar no Brasil (1964 - 1985), e de um conjunto de representações também preciso, aquele que fazia eco aos ditames da tecnocracia que se consolida neste país após o golpe militar de 1 de abril de 1964.

2 A “insuficiência” técnica e profissional dos professores de Educação Física: discursos sobre a formação superior em Educação Física no Brasil nos “anos de chumbo”

No ano de 1967 o Brasil contava com apenas nove escolas superiores de Educação Física, nem todas ligadas às universidades, segundo o *Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil* (DACOSTA, 1971). Essas escolas baseavam sua formação ainda no antigo modelo herdado da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, fundado em 1939. Esse modelo previa uma formação para o professor de Educação Física e outra para o treinador esportivo (havia ainda uma terceira possibilidade que era a formação do médico esportivo). Naquele período não se distinguia ainda com precisão o espaço de atuação do professor de Educação Física. Era *professor* aquele indivíduo formado em um curso reconhecido que poderia atuar tanto em escolas, quanto em clubes, praças, parques etc. Mas definitivamente o grande espaço de atuação profissional era a instituição escolar. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003).

A partir de um conjunto bastante prolixo de fatores, esse momento marca o início da expansão dos cursos superiores no Brasil. No caso da

formação de professores de Educação Física, entre outros fatores podemos localizar: a reforma universitária proposta pela lei 5.540/68, que expandiu a oferta de vagas no ensino superior no Brasil; a expansão da escolarização obrigatória, no seu aspecto quantitativo, que gerou a necessidade de mais escolas e, conseqüentemente, a necessidade de mais professores para atender o aumento do número de vagas; a mudança de referência paradigmática na Educação Física brasileira, que passa a buscar cada vez mais uma identidade científica; o debate mundial sobre a importância da Educação Física para a sociedade e sua vinculação com a universidade; à organização crescente dos professores de Educação Física em torno da sua necessidade de reconhecimento profissional e *status* social; a perspectiva centralizadora e planejadora do poder central; a consolidação mundial do esporte como forma de atividade física privilegiada. O leitor deve observar que esse não é um conjunto monolítico; tampouco, conclusivo. Mas ele nos oferece uma dimensão bastante fecunda das múltiplas influências que orientariam a redefinição, não só da formação de professores de Educação Física, como da própria organização dessa disciplina no interior da instituição escolar no Brasil. Desse largo conjunto de fatores quero destacar um, que é justamente o papel cumprido pela tecnocracia naquele processo de expansão.

Os anos 60 do século XX assistem um fenômeno mundial no âmbito educacional, que é justamente o questionamento das bases sobre as quais estava assentada a formação superior, embora não somente essa.¹ Um crítica dos ranços elitistas, antidemocráticos, excludentes e beletistas do ensino superior varre os mais diversos lugares do mundo. De Berkeley, na Califórnia, até Praga, na Tchecoslováquia, passando pela Ásia, Oriente Médio e América Latina (REIS FILHO; MORAES, 1998). Esse fenômeno trazia a marca de uma crítica radical da cultura, que ressoava com a mesma força que a crítica às formas políticas de gestão do globo, manifestas na polarização da Guerra Fria. Política, economia e cultura sofriam críticas radicais de intelectuais, políticos dissidentes, minorias políticas, étnicas e sociais e, sobretudo naquele momento, de “uma” juventude apaixonada que pensava poder abalar as bases dos sistemas estabelecidos a partir de uma crítica romântica das formas de organização da sociedade. Sérgio Paulo Rouanet nos lembra que, desde pelo menos meados da década de 1950, os estudantes brasileiros reivindicavam um estudo mais ancorado na realidade, na técnica, na ciência, e menos na obsoleta tradição livresca da universidade brasileira: “Precisávamos de químicos industriais e engenheiros eletrônicos, e não de latinistas.” (ROUANET, 1987, p. 305).

Esse é um aspecto importante se procuramos compreender o contexto sobre o qual foram formuladas políticas públicas para a Educação Física brasileira, aqui incluída a formação de professores. Mais do que simplesmente a ação de um estado demiurgo – estado autoritário, militarizado e tecnocrata – é importante compreender como o estado orientava a construção de suas políticas sociais e culturais, ora na direção de estabelecer o fechamento das mais diversas formas de manifestação, ora no sentido de organizar demandas que há muito já eram reclamadas por largas parcelas da população. Se isso certamente não significa imaginar que as formas democráticas de participação estavam garantidas, também não é a mesma coisa que conceber as políticas públicas daquele período como que gestadas exclusivamente no âmbito das agências militares. No caso da Educação Física, temos indícios de que muito do que foi feito nesse terreno o foi, em larga medida, graças ao consórcio efetivo da corporação de professores de Educação Física, escolares e universitários (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

Tomemos alguns exemplos:

TEMA A - Estabelecimento de uma política nacional de Educação Física. “O estabelecimento de uma PNEF encerra considerações gerais e específicas, a saber”:

1.1. A prática da Educação Física em massa, com a finalidade de favorecer a melhoria do homem e os meios de colaborar no plano de SEGURANÇA NACIONAL.

1.2 Ação na escola primária, com o objetivo de longo alcance despertando o interesse pela prática das atividades físicas.

1.3 Ação no mesmo sentido, nos estabelecimentos de ensino médio e superior, concorrendo, além dos seus benefícios gerais, para a possibilidade de surgirem atletas de melhor nível técnico, capazes de realçar a posição do nosso país no mundo desportivo e social.

1.4 Ação nas Forças Armadas sobre o elemento humano disponível, com o propósito de aperfeiçoar as suas condições físicas e aprimorar, nas suas possibilidades técnicas, os atletas já iniciados.

1.5 Ação no setor trabalhista, industrial e agrícola, propiciando as práticas *desportivas* para assegurar *melhores* condições de saúde, *de alegria de viver e de rendimento do trabalho*.

TEMA B - unificação dos currículos dos diferentes cursos das escolas de Educação Física. Matérias obrigatórias e matérias optativas, diversificação dos programas dos diferentes cursos - currículo mínimo.

TEMA D - *desenvolvimento da Educação Física por meio de pesquisas e de cursos de aperfeiçoamento em alto nível e de pós-graduação. Solução de muitos dos nossos problemas (...)*

10.1 Esses cursos não devem ser limitados aos assuntos da ginástica e dos desportos, destacando-se como tema prioritário o relativo a métodos de pesquisa.

10.2 A pesquisa deve ser despertada e incentivada entre alunos e professores de Educação Física dentro das condições materiais disponíveis e essencialmente no campo das atividades da ginástica e dos desportos (...)

“Estabelecimento de uma política nacional de Educação Física. Propõe várias medidas para execução desses fins: instalações desportivas, material, formação intensiva de profissionais da especialidade, cursos intensivos regulamentados, zelo pela norma legal, saúde urbana e rural, plano nacional de comunicação (incremento da Educação Física), função de representação de professores de Educação Física nos órgãos, conselhos etc., orçamento.

....instalações desportivas, material, FORMAÇÃO INTENSIVA DE PROFISSIONAIS DA ESPECIALIDADE, cursos intensivos regulamentados, zelo pela norma legal, saúde urbana e rural, plano nacional de COMUNICAÇÃO (incremento da Educação Física), função de representação de professores de Educação Física nos órgãos, conselhos etc., orçamento (VI REUNIÃO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1968, p. 50, destaques no original).

Essas são algumas das conclusões apresentadas a partir da VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física, realizada em Vitória (Espírito Santo), de 1 a 7 de junho de 1967. Tais conclusões fornecem-nos uma mostra do desenvolvimento desejado naquele momento pelos dirigentes das Escolas Superiores de Educação Física. O documento não permite inferir que tipo de relação existia entre as Escolas de Educação Física e o governo central. Pela fala de vários intelectuais daquele período, discorrendo, sobretudo, sobre a Educação Física no ensino superior (ARENO, 1969) e o esporte na universidade (CANTARINO FILHO; PINHEIRO,

1974) depreende-se que, de certa forma, o discurso do desenvolvimento nacional e da Educação Física estavam extremamente vinculados. É preciso compreender até que ponto esse discurso manifestava-se como uma imposição apenas e tão somente ou contava com o apoio de amplas parcelas, senão da maioria, da população e da intelectualidade brasileiras. Por vezes o discurso do desenvolvimento aparece como algo consensual. Daí os relatórios da reunião de diretores estarem impregnados dos princípios de desenvolvimento do próprio governo, muitos dos quais gestados no interior da Escola Superior de Guerra. Esse era, sem dúvida, um movimento mundial, fortemente influenciado pelo tipo de aliança estabelecido pelos governos brasileiros no pós-guerra (VIZENTINI, 1998).

Cabe aqui abrir um parêntese: a *Ideologia do Desenvolvimento* não é prerrogativa dos governos militares. Antes, os militares são continuadores de uma tradição que remonta aos anos iniciais da década de 1950, ou seja, um período conturbado da história política brasileira mas marcado por um processo de redemocratização. Isso não significa, porém, que as suas políticas não tenham estabelecido formas e padrões de comportamento social e político (CARDOSO, 1978).

Um outro exemplo que não vem exatamente do estado nos é oferecido alguns anos depois, pela Associação dos Professores de Educação Física - APEF do Estado da Guanabara:

- necessidade, cada vez maior, de dar ao educador uma *formação de amplo e profundo caráter humano*;
- revisão dos processos pedagógicos; estimular o educando a resolver situações novas com os recursos que o educador lhe fornecer; agir e reagir face aos problemas que lhe surgem;
- necessidade de pesquisar no campo da didática;
- que as autoridades governamentais solicitem a colaboração das entidades de classe dos diversos Estados da União, quando dos *estudos dos problemas da formação dos professores de Educação Física*;
- exigir várias providências do Estado no tocante à *valorização do profissional*;
- extensão da Educação Física a toda a comunidade;
- incentivo (política) (sic) aos *recém formados*;
- os *programas das escolas de Educação Física* devem ser orien-

tados no sentido de criar no futuro professor o espírito e iniciativa do livre empreendimento;

- *melhorar o nível do ensino especializado de Educação Física*, facilitando os contatos da especialização com os centros mais adiantados do mundo (ENCONTRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA GUANABARA, 1972).

O que temos aqui senão um exemplo claro de que estava em curso um processo muito mais amplo de valorização do professor de Educação Física e da sua formação do que a imprecisa tese de que tudo era uma grande conspiração do estado militarizado? A idéia corrente de unificação dos currículos de formação – o currículo mínimo – ganharia guarida nos debates do Conselho Federal de Educação naqueles anos. A idéia prevalecente obedecia, no caso da Educação Física, a uma lógica que apontava em duas direções: a) a padronização da formação inicial para professores em geral e dos professores de Educação Física em particular, em todo o Brasil; e b) o combate à incúria que grassava nas práticas escolares naquele período. Destaque-se o lugar de produção deste documento: o *Encontro* ao qual ele se refere fora patrocinado pela APEF da Guanabara, portanto, pela corporação dos especialistas. É de se supor que a maior parte dos professores em atividade não era formado nas fileiras das forças armadas. Não há naquele encontro qualquer dimensão crítica, seja à política setorial para a Educação Física, seja para o plano social, político e cultural.

No que se refere ao segundo aspecto acima aludido, essa também era uma preocupação mundial, como podemos depreender do *Manifesto* de 1971:

Na *formação desses educadores* a tônica deve ser posta na cultura geral, nos conhecimentos científicos e técnicos fundamentais (dados que têm valor geral e permanente), nas intenções educativas e no desenvolvimento do espírito científico. O estudo aprofundado das técnicas desportivas – bastante variadas e constantemente modificadas – deve ser olhado como uma especialização livre, durante e após os estudos gerais;

A Educação Física da criança deve ter um sólido valor formativo e educativo, não se limitando a uma simples "recreação" (...).

Utilizar os mais eficazes processos técnicos e pedagógicos. Esta necessidade acentua novamente a importância de *sólida formação dos educadores* e da pesquisa científica. Em Educação Física, como em outras atividades, não se pode deixar o indivíduo realizar *práticas sem sentido*. (MANIFESTO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1971, p. 16-17).

Não sabemos exatamente o que são as práticas sem sentido aludidas no manifesto. Mas estamos autorizados a imaginar uma prática escolar de Educação Física absolutamente entregue ao espontaneísmo, quando efetivamente era ofertada. Mas não devemos desconsiderar a importância do *Manifesto* como potencialmente forjador de diretrizes para a área. Tratou-se de um documento do *International Council for Health, Physical Education, Recreation, Sport and Dance* (ICHPER.SD), da UNESCO, agência das Nações Unidas para a Organização da Educação, Ciência e Cultura. Ou seja, não era pequena no plano internacional a tônica da valorização da Educação Física.

Nesse sentido, várias eram as vozes a fazer eco às considerações do *Manifesto*.

No mundo inteiro proliferam as mais variadas instituições de formação de educadores, em longos períodos de estudos e práticas. É preocupação da humanidade, exigência de qualquer sociedade que isso se faça. Somas vultuosas são despendidas nesse mister irremovível, que passou também a constituir obrigação estatal. Não figura como simples diletantismo no âmbito social. É dever de qualquer país cuidar dele com prioridade e decisão, para que não fique à margem da civilização. Dessa preparação faz parte essencial o conhecimento perfeito do material de seu ofício. (SOUZA, 1968, p. 118).

Além de reforçar aquela perspectiva, uma autoridade militar aproveitava um espaço editorial para ajudar a cristalizar a imagem de um profissional da Educação Física fechado para o “novo”:

A tão característica atitude pessimista da maioria de nossos especialistas tem origem indubitável *na rotina e na resistência às idéias inovadoras*. Nosso realismo autocrítico possui uma razão: acredita-

mos que o círculo vicioso da ineficiência, existente nas relações professor de Educação Física – dirigente, somente pode ser eliminado por uma ação vertical, partindo dos órgãos de chefia.

(...) A atual dispersão de esforços não nos conduzirá a resultados reais. Almejamos progressivamente estabelecer uma *unidade de doutrina* em torno da necessidade de aplicação efetiva da Educação Física em todos os níveis educacionais que – em última análise – é a síntese dos problemas do nosso setor. Para isso, precisamos ordenar os anseios de toda a classe por meio do esforço comum e do combate à personalização das instituições envolvidas (...).

Assim, juntamente com as colaborações que esperamos receber, publicaremos material estrangeiro das melhores fontes. A DEF do MEC, nesta oportunidade, aguarda o apoio dos especializados de todo o Brasil. (FERREIRA, 1968, p. 5-6).

No caso do texto de Ovídio Silveira de Souza, escrevendo no Boletim Técnico Informativo da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura-DEF-MEC, observamos a adesão ao discurso internacional de valorização da Educação Física, expresso no *Manifesto*. Já o Tenente-coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira falava como ninguém menos que o diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. O seu lugar de fala é a própria máquina governamental. *Rotina e resistência* para ele eram as senhas que definiam o papel a ser cumprido pelo governo: a centralização na tomada de decisões. Centralização que apontava para o silenciamento dos discordantes. Unidade de doutrina e combate à personificação parecem ser bons exemplos de que os canais fechavam-se para o dissenso. Captando o desgoverno que assolava a organização da Educação Física no Brasil, aquele militar reclamava para o seu órgão o papel de reorganizá-la. A Educação Física precisava integrar-se aos esforços de “renovação” da cultura e da sociedade levadas a cabo pela tecnocracia militar. Para isso convocava à participação os professores especializados. Quanto a estes, parece que as opiniões não eram assim tão distantes daquelas manifestadas pelo militar burocrata, segundo Kerkoski:

Porque eu lembro que nessa década de 60 é que começou a *engatinhar* a Educação Física no Brasil (...)

Era uma Educação Física, assim, muito rudimentar. Era aquele tempo ainda que... Eu lembro que a Educação Física não era levada a sério. Eu lembro que no meu tempo de *grupo*, uma vez por semana chegava uma professora com uma bola embaixo do braço, um apito pendurado no pescoço, e dava aqueles exercícios de bola por debaixo das pernas, bola por cima da cabeça – mais tarde a gente veio a saber que isso se denominava bola ao túnel, bola ao alto – aquelas brincadeiras que não exigiam muito a criatividade da criança. A gente ficava mais ou menos bitolado em uns *esqueminhas* que o professor dava e eram umas aulas assim, muito *água com açúcar*. A gente... Hoje eu penso que naquela época a gente não desempenhava nenhuma habilidade com aquelas atividades. E depois, no ginásio. Eu me lembro muito bem no ginásio: como era mal dada a aula de Educação Física! Não falando mal do colégio e nem do professor que nos dava aula! Eu me lembro que nós jogávamos só futebol de salão. Naquela época acho que nem se denominava *futebol de salão*. Se usava a quadra de terra do colégio, duas traves, cinco para cada lado, bola ao chão e todo mundo jogando e se sujando. Depois, tinha que entrar para a aula todo sujo, todo suado. Já naquela época existia o que existe em muitas escolas pela periferia: a criança não tem oportunidade, depois de terminar a sua aula, de tomar um banho; pelo menos lavar o seu rosto, dar uma refrescada, molhar o seu cabelo, pentear. Ela entra na sala suada, as professoras acham ruim; e é a mesma coisa! Mas foi evoluindo.

E ainda sobre esse meu tempo de garoto de colégio: eu lembro que a gente só jogava futebol de salão. Então o professor chegou no final do ano e falou: “Hoje tem prova de Educação Física!”. E aí eu pensei, como eu era goleiro: “Vão mandar alguém chutar e eu vou defender. Se eu deixar passar, tiro cinco; se eu defender tudo, é 10!”. Que nada! O homem mandou a gente subir corda: eu nunca tinha tentado subir uma corda! Tanto é verdade que quando eu desci a minha mão ficou toda ferida; porque queimou, mesmo! Não sabia nem como subir, imagine como descer! E subir em tronco: tinha um tronco em que a gente se encostava na hora do recreio, tipo um cavalo de pau. O professor dizia: “Quem passar se equilibrando naquele tronco tem uma média.” E aí fazer os exercícios de equilíbrio em uma barra de ferro que tinha lá: nunca pediram para gente fazer um equilíbrio ali,

nem se pendurar! Ninguém conseguia colocar o pescoço até a barra. Tudo isso foi feito assim... É aquela tal história: tem que ter uma nota! E leva o aluno ao sacrifício. Quem sabia fazer... Lógico, sempre tem aqueles mais dotados. Quem não sabia fazer levava nota baixa. Também, você veja que por aí não avaliava, não tinha parâmetro nenhum da sua condição física. Você não sabia: “Por que eu fiz aquilo? Por que tive que subir na corda? Por que eu tive que passar aquele cavalo de pau? Por que eu tive que fazer aquele equilíbrio?”. Não tinha razão! E você só jogava futebol! Não via razão nenhuma para ser feito aquilo. Depois, mais tarde, em um grande colégio de Curitiba, eu estudei à noite. E à noite a gente era isento de Educação Física. O trabalho que a gente fazia era levar uma bola de meia e na hora do recreio jogar embaixo da marquise do colégio. E assim foram as aulas de Educação Física em colégio. Eu quase praticamente não tinha. Era aquela que a gente inventava, que o guri ainda hoje inventa na rua, no pátio do colégio. Não tinha direção nenhuma a aula de Educação Física. Mas não desvalorizo, não! Porque ali começou...

Esse longo excerto do depoimento do professor Evaldo Kerkoski parece-me bastante emblemático das representações de professores de Educação Física sobre o período em tela. Independente de nos provocar reflexões do porque ainda hoje continuamos ensinando Educação Física nas escolas, reflexões que não perderam sua atualidade, embora muitos se incomodem toda vez que elas são propostas, o depoimento do professor Kerkoski nos oferece elementos muito significativos para a compreensão da maneira (ou maneiras) como eram concebidas as aulas de Educação Física nas escolas brasileiras ao longo dos anos de 1960. O relato do professor refere-se ao período no qual ele passara por uma experiência como aluno de aulas de Educação Física, em escolas públicas da capital paranaense. Mais tarde esse mesmo professor graduaria-se em Educação Física e atuaria no âmbito das redes municipal, estadual e privada de ensino em Curitiba. Não quero tomá-lo como um caso típico, passível de ser generalizado para todo o Brasil. Mas é de se supor que, se em uma capital como Curitiba, dotada de um curso de formação de professores de Educação Física desde a década de 40 do século XX, ainda

reinava tamanho descaso com as aulas escolares de Educação Física nas escolas públicas (e não só nessas, como indica o professor), em vários outros pontos do Brasil as coisas não deviam ser muito diferentes, ou seriam mesmo até piores.²

Temos um conjunto bastante rico e não monolítico de evidências. Dessas podemos inferir que, motivados por um conjunto bastante difuso de influências, os governos ditatoriais encetariam de políticas para a Educação Física brasileira que visavam a melhora do perfil acadêmico e profissional do professor escolar de Educação Física como pedra de toque da tentativa de renovação e expansão da área. Mas, antes de deter-me apenas no aspecto formal-legal da definição dessas políticas, já bastante explorado, gostaria de remeter às formas de controle burocrático ao qual eram submetidos todos os órgãos da administração. Isso nos leva a perspectivar, por exemplo, de onde vinha o financiamento que cobria os custos de implantação e implementação de uma política de Educação Física no Brasil. Se o MEC tinha poder de decisão sobre os rumos da Educação Física brasileira nos anos da ditadura militar, esse poder estava certamente delimitado pela alocação de recursos orçamentários. E essa se dava conforme as deliberações de um órgão denominado, Centro Nacional de Recursos Humanos/Instituto de Pesquisas Econômicas e Avançadas - CNRH-IPEA, que fazia parte do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Esse órgão foi o responsável pela encomenda do já famoso *Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil* junto à Divisão de Educação Física do MEC. O *Diagnóstico*, uma das fontes aqui utilizadas, foi publicado em 1971. Sua autoria é de Lamartine Pereira DaCosta, à época editor da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*.³ O *Diagnóstico* representa um estudo quantitativo das condições de desenvolvimento da Educação Física no Brasil e aponta uma série de sugestões-propostas que irão redundar na política governamental para a área na década seguinte. Funcionou como diretriz básica da política setorial do governo para a Educação Física. Tem sua ênfase no planejamento, na otimização de recursos, na eficácia e no controle dos resultados, todos aspectos bem afeitos à tecnocracia. DaCosta, coordenador do *Diagnóstico*, num texto de 1969, chama a atenção para o fato de que

Um país como o Brasil, profundamente comprometido na luta pelo desenvolvimento, não pode subvencionar a ineficiência. Nossa organização desportiva dever ser enquadrada no planejamento global do governo, no setor Educação, em obediência a tendência mundial de utilizar a prática desportiva como agente educacional e de aumento de produtividade, além dos importantes aspectos do lazer e da representação nacional, amplamente reconhecidos na atualidade. (DACOSTA, 1969, p. 23).

Não causa estranheza que, atuando como um mero técnico burocrata, DaCosta repita monocordicamente, nas páginas do *Boletim* por ele editado, o discurso oficial. Senão vejamos: retenhamos algumas daquelas relações. O CNRH/IPEA centralizava as decisões estratégicas no tocante ao planejamento global e setorial. Logo, é de se supor que os recursos para financiar, por exemplo, o *Diagnóstico*, fossem controlados e alocados por aquele órgão, que apenas solicitava da Diretoria de Desportos-DED/MEC a cessão de técnicos-especialistas para sua implantação e implementação. Aparentemente menor, esse aspecto tem profundas conseqüências quando observamos que a preocupação com um estudo das condições da Educação Física brasileira partiam de um órgão tecno-burocrático e não do órgão que, presumivelmente, deveria ocupar-se com aquelas preocupações. A Diretoria de Desportos-DED/MEC aparece assim como mero executor de um desígnio da burocracia governamental. Nada de mais se lembrarmos que alguns dos primados da tecnocracia são justamente a centralização rígida das decisões e dos recursos, a ênfase sobre as decisões de caráter técnico, consoantes com uma perspectiva cientificista de organização social e ainda a tomada de decisão em termos de uma relação de custo-benefício, ou seja, subsumida à lógica econômica. Mas o que nos faz aqui atinar para esses pequenos detalhes é justamente a tensão entre a vontade individual ou de grupos minoritários (corporação dos professores de Educação Física) e a “razão de Estado” (tão cara à historiografia). Parece-me que, antes de um grupo de professores reorganizarem a Educação Física brasileira, como faz supor o professor DaCosta (1998), ou de a Educação Física ser uma musa dos militares de plantão, a tecnocracia fazia a mediação entre os interesses de um e de outros. Mas lembremos que essa não é uma prerrogativa da Educação Física. A tecnocracia esquadrinha com cuidado

todas as manifestações da vida social e individual, justamente para sobre elas prognosticar metas a serem cumpridas conforme um determinado cronograma. Essa máxima vale tanto para os currículos escolares quanto para as políticas governamentais. Se esse raciocínio está correto, então a Educação Física não era uma razão de Estado naquele período e estava longe de ser organizada a partir da vontade exclusiva de indivíduos ou grupos isolados. É no campo das tensões entre essas duas possibilidades que se ergueriam as perspectivas de valorização e incremento da Educação Física brasileira naqueles anos.

No caso da corporação dos especialistas, a citação acima de DaCosta nos dá indícios preciosos. A tônica do professor recaía sobre a economia: desenvolvimento, subvenção, ineficiência, produtividade, planejamento, fazem parte (ainda hoje) do arcabouço dos economistas e tecnocratas. Se tomarmos inúmeros outros discursos daquele período veremos a mesma recorrência. Note-se, porém, que a Educação Física era reclamada como uma dimensão dos planos setoriais de educação, o que, de fato, nunca foi realidade no Brasil. A Educação Física, e a formação dos seus professores, sempre se desenvolveu à margem do sistema nacional de educação, pelo menos do ponto de vista institucional. Sua organização sempre esteve afeita a desígnios muito próprios. O simples fato de haver um órgão específico para dela tratar no interior do MEC já nos dá um quadro de como ela era pensada com alguma autonomia. Mesmo os cursos de formação superior nunca estiveram localizados em faculdades, centros ou departamentos de educação, a não ser muito recentemente e de forma bastante reduzida. Não raro esses cursos se estruturaram como faculdades isoladas, públicas ou privadas. E naquele período é forçoso reconhecer que não houve um plano nacional de Matemática, História, Geografia ou Ciências, como houve os PNEFD I e II (Planos Nacionais de Educação Física e Desportos)⁴

Detalhe menor? Penso que não. O fato de a Educação Física ser contemplada nos planos governamentais como um setor a parte parece dar razão às vozes que criticam a excessiva esportivização da área. Nos anos finais da década de 60 e iniciais da década de 70 do século passado parecia haver uma certa confusão entre o que era ou não Educação Física, que tipo de relação tinha com o esporte, sua dimensão escolar e outras possíveis dimensões.⁵ Essa tensão manifesta-se em um debate levado a cabo por aqueles professores, intelectuais e dirigentes

ligados à tradição dogmática e aqueles vinculados à tradição pragmática. A primeira, herdeira da tradicional Educação Física de cunho ginástico, calcada em preceitos humanistas; a segunda, advogada incontestemente da esportivização das práticas corporais, profundamente vinculadas à lógica dos fins últimos do esporte, a competição, o sucesso, a vitória. Observe-se como o professor DaCosta faz a apologia de uma tendência mundial de esportivização das aulas de Educação Física.

Mas essa tendência sofria também pesadas críticas.

Nos Estados Unidos, a orientação dada ao desporto intercolegial é o reflexo de uma sociedade individualista, competitiva e aquisitiva, que tem a sua origem, fundamentalmente, na tradição que lhe foi legada pela Grã-Bretanha e países do norte da Europa.

Faz parte deste legado o pensamento de filósofos como o inglês John Locke, cujos escritos influenciaram os homens que redigiram a Declaração da Independência, e as idéias de economistas como o escocês Adam Smith, arauto das concepções capitalistas do *Laissez-Faire*.

O desporto intercolegial (e a forma como é orientado nos Estados Unidos) é mais romano do que grego no espírito. Em vez de se procurar a perfeição do indivíduo, persegue-se a vitória (a vida que se opõe à morte, a qual se identifica com a derrota); em vez de beleza, a força (para melhor fugir do risco); em vez da virtude, uma amoralidade despreocupada. O que é necessário hoje, no desporto educativo, é o regresso ao antigo conceito ateniense que exaltava os ideais de beleza, harmonia, virtude, versatilidade e moderação. Na ordem social, que é a nossa, este retorno a velhos ideais afigura-se altamente improvável. (GOVERNALI, 1974, p. 11).

Paul Governali também escreve nas páginas da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Note-se que o tom do seu trabalho é, inclusive, de denúncia. Considerando-se o ano de sua publicação no Brasil, algumas das críticas sub-reptícias feitas pelo autor não são de menor importância. Afinal, estávamos ainda em um momento de forte censura e perseguição política. Não sabemos qual seria a perspectiva política do autor, mas aparentemente o capitalismo, o individualismo e a economia eram alvos de suas críticas. Penso que seria demais esperar que tais críticas fossem desenvolvidas e bem fundamentadas em um

momento político como aquele. Mas elas estavam presentes em um periódico oficial. Não podemos tomar o discurso de Governali como repetição dos argumentos oficiais, ou mesmo como repetição dos editoriais da *Revista*, ou de trabalhos de autores como DaCosta.

Mas apesar desse intenso debate, é interessante notar como, no que tange à formação de professores, pouco ou nada mudou nos currículos de formação profissional, mesmo com a adoção dos currículos mínimos propostos⁶. Na verdade, e essa é uma das contribuições que nos oferece Santos (2002), parece ter havido apenas uma acomodação dos currículos de formação em Educação Física à norma legal. E mais, os currículos mínimos na verdade aproximavam-se muito do que existia já há quase cinquenta anos nos currículos de formação de professores de Educação Física no Brasil.

Ao contrário, conscientes ou não de que ressoavam as preocupações utilitaristas dos tecnocratas, muitos professores e intelectuais reclamavam mudanças quantitativas para a formação de professores de Educação Física no Brasil:

Deve-se, outrossim, encarar o problema do número e qualificação dos professores. O assunto tem sido várias vezes considerado, mas continua em pauta, porque é preciso pensar em termos nacionais, sem a limitação dos raciocínios circunscritos aos grandes centros e às cidades onde funcionam escolas de Educação Física. O empirismo na especialidade é perigoso, contraproducente e indesejável; é premissa pacífica, já tantas vezes apregoada, mas, em contrapartida, deve-se atentar para a deficiência do número de professores de Educação Física e técnicos desportivos em todo o país.

E este panorama sugere um incentivo na formação de profissionais especializados, seja pela melhoria do funcionamento das dez Escolas de Educação Física do país, seja na realização de cursos intensivos, para as concessões a título precário e devidamente limitados às regiões desprovidas de professores; seja até, e com as devidas reservas, na criação de novas Escolas de Educação Física em cidades estrategicamente situadas, no que tange à densidade da população escolar e à equidistância de outras escolas da especialidade. Esta última sugestão demonstra o propósito de reformar o nosso pensamento, até então contrário à criação de novas Escolas de Educação Física; mas

a ascensão da especialidade e a carência crescente de professores, motivam a reconsideração do assunto, com a sinceridade que deve presidir os espíritos livres e por isso mesmo amoldáveis, quando influenciados pelas naturais evoluções do processo a debater. (ARENO, 1969, p. 3-4).

Ainda que escrevendo sobre a Educação Física na universidade, Areno nos dá elementos interessantes para análise, uma vez que não pode ser considerado um intelectual *do* governo. Muitas das reivindicações de Areno estavam na pauta da reforma propugnada pela DEF, o que deixa claro a penúria da Educação Física no Brasil naquele período. Como exemplo cito a qualificação dos professores, defendida pelo autor. No mesmo plano estava a necessidade de melhora dos cursos existentes e a expansão dos cursos superiores de formação de professores de Educação Física (lembramos que a expansão do ensino superior foi pedra de toque da política educacional daqueles anos). Areno, na sua condição de professor de um curso de formação de professores de Educação Física, e mesmo de dirigente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, reivindicava medidas às quais o governo estava bastante atento. Demonstrava estar atento às dificuldades com as quais a Educação Física deparava-se deixada nas mãos de pessoas não especializadas, “empíricas”. Note-se que o autor alude a uma mudança de opinião quanto à expansão dos cursos superiores de Educação Física, a partir da “ascensão da especialidade e a carência crescente de professores”. Destaque-se ainda que aquela *Escola* era herdeira em linha direta de todo o debate sobre a importância da Educação Física para a sociedade brasileira pelo menos desde os anos 30 do século XX.

As reivindicações de Areno tem contornos do corporativismo, tanto no plano mundial, quanto no plano interno. O importante era que houvesse a Educação Física na escola e o professor de Educação Física devidamente preparado, independentemente de quais fossem, como nos atesta Maheu (1973b), vinculado à UNESCO:

...vemos os professores de Educação Física constituírem no conjunto do corpo docente *uma categoria à parte, dotada de qualificações limitadas e de um estatuto inferior, desempenhando um papel apenas marginal tanto na educação da maior parte dos jovens como na vida do estabelecimento.* (MAHEU, 1973a, p. 15, grifos no original).

No plano interno as premissas não eram muito diferentes:

Sabemos que você, o professor de Educação Física, será o executante de uma tarefa que não ganhará as manchetes e que, por tão anônima, se reveste de um significado ainda mais transcendental. Mas sabemos que podemos contar com a sua participação. (MARQUES, 1972, p. 5).

Seria oportuno se as autoridades tomassem, se possível, medidas e efeitos mais ou menos remotos:

- a) Execução plena, em toda a rede escolar do País, do ensino fundamental ao superior, do Decreto n.º 69.450/71;
- b) Recomendação no sentido de que as escolas normais e os institutos de educação formem professores capazes de, em sua área de ensino, ministrar aulas de iniciação desportiva;
- c) Criação de cursos de pós-graduação em Educação Física;
- d) Estímulo à polivalência do professor de Educação Física. (SOUZA, 1973, p. 20).

O professor de Educação Física não pode ser improvisado. Põem em suas mãos crianças e adolescentes em formação – matéria prima do futuro da nação –, cujas qualidades físicas e morais ele deve plasmar e aprimorar como legítimo educador. (VEADO FILHO, 1974, p. 61).

Diferentes lugares do discurso reclamando pela valorização do professor de Educação Física. No primeiro caso, um típico representante do governo, Eric Tinoco Marques, então diretor do DEF/MEC. No segundo, um burocrata do MEC, apenas incidentalmente ligado à Educação Física, se tomarmos como referência as afirmações de DaCosta.⁷ Por fim, um professor universitário de Educação Física reclamando uma formação mais consistente para o professor escolar. Esses três diferentes lugares articulavam-se em torno de um mesmo discurso: era preciso “qualificar” profissionalmente o professor de Educação Física. No caso de Souza, aparece ainda a preocupação com a pós-graduação e com a formação polivalente do professor, além da necessidade de formação em caráter precário de professores para as séries iniciais da escolarização, atributo até bem pouco tempo dos cursos médios de formação de professores (magistério). Ou seja, se havia dificuldades em formar rapidamente professores com nível superior, de forma compensatória deveria

ser incrementada a formação em nível médio daquele profissional, certamente sobre uma base eminentemente técnica.⁸

Assim, é imperioso reconhecer que, tratada como um *setor* nos PND (DACOSTA, 1971), aspecto bastante caro à tecnoburocracia político-econômica vigente naquele período no Brasil, parece-me claro que a Educação Física e os desportos faziam parte dos planos de desenvolvimento dos governos militares, mais precisamente, dos planos dos Ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura. Não por acaso aparecem o *Diagnóstico* de 1971 e todo um aparato legislativo em torno dessa prática cultural. Mas é preciso indagar se a Educação Física tinha um papel destacado na política desenvolvimentista dos governos autoritários ou era apenas uma das dimensões a serem contempladas pela política setorial do Ministério do Planejamento. Nesse caso, poderíamos infirmar a tese – corrente na historiografia – para a qual a Educação Física foi um elemento estratégico na consolidação do regime. É preciso analisar essa questão com cuidado. De um lado, existia uma Comissão de Desportos das Forças Armadas – CDFA, vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas, este não é um aspecto menor. Por outro lado, à exceção de Jayr Jordão Ramos que pode ser considerado uma personagem “histórica” da Educação Física brasileira, todos os demais militares que ocupavam cargos considerados importantes para a Educação Física eram detentores de baixas patentes. Ou seja, eram importantes para a Educação Física mas não tanto para os interesses estratégicos dos ideólogos militares. Lembremos das graves cisões entre militares de baixa patente e os comandantes militares, muitas vezes resolvidas com expurgos, prisões, perseguições. Como vimos no depoimento do professor Lamartine Pereira DaCosta, militar da Marinha e membro da CDFA, além de o “pessoal da Educação Física” ser considerado um grupo à parte, ele também era considerado “alienado”. Ou seja, diante de evidências tão díspares é preciso reconhecer que a Educação Física *talvez* não tenha representado para os governos militares um elemento tão significativo assim na manutenção e consolidação do regime. Se lembrarmos que um dos principais órgãos internacionais da Educação Física era justamente o Conselho Internacional de Desporto Militar (CISMI), além da histórica vinculação da Educação Física brasileira à caserna, não creio que possamos sustentar que os anos de 1960 e 1970 tenham sido um período de uma intervenção privilegiada das Forças Armadas sobre a Educação Física. Novamente parece que a força da tradição fazia-se presente atrelada à uma necessidade sócio-cultural de revalorização da Educação Física. Assim, aquela revalorização não teria sido gestada pelos governos militares. Antes, aquele momento pare-

ce ter sido a síntese de um conjunto muito mais amplo de determinações conjunturais e históricas, muito bem aproveitado pelos técnicos do governo para implementar uma política setorial de Educação Física, devidamente afinada com as perspectivas de desenvolvimento do Brasil. Ou seja, não devemos inverter os termos da questão: a Educação Física, como qualquer outra dimensão da cultura, está sujeita a avanços e retrocessos. A Educação Física não foi submetida *pelos* governos ditatoriais brasileiros aos interesses do capitalismo internacional, como é corrente na literatura especializada em Educação Física. Antes, o governo reorganizou, ou pelo menos tentou fazê-lo, uma determinada prática cultural de acordo com um modelo que se hegemonizava no mundo inteiro, qual seja, o modelo esportivo de Educação Física escolar – e essa é uma dimensão tanto do capitalismo quanto do socialismo (real) internacional. As experiências esportivas da extinta URSS, da China, de Cuba e da própria ex-República Democrática Alemã -RDA parecem reafirmar essa orientação. As evidências têm demonstrado que anteriormente ao aparato legislativo implementado a partir de 1968, a Educação Física escolar não passava de um arremedo de práticas caducas com o passar do tempo. Isso quando era efetivamente desenvolvida nas escolas. No mais das vezes, como demonstram o *Diagnóstico* (DACOSTA, 1971) e os depoimentos dos professores, ela sequer existia como prática efetiva na escola. Mas essas são conjecturas, a partir de algumas evidências por mim coligidas (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003), que não são o centro da minha discussão aqui. Acredito que vale a pena debruçar sobre esses e outros aspectos da Educação Física brasileira na segunda metade do século passado.

Quando a intenção política prioritária do momento estudado era o desenvolvimento nacional em todas as frentes, capitaneado pelo desenvolvimento econômico, seria um truísmo considerar que todas as dimensões da cultura fossem subordinadas àquele modelo. Trata-se, de fato, de fazer a crítica do *homo economicus*, “...seja na sua forma clássica do capitalista avaro, seja na forma do homem econômico rebelde da tradição marxista ortodoxa.” (THOMPSON, 1998, p. 23). Assim, vista como um *setor* da economia, ou melhor, do desenvolvimento desejado, e tratada como tal, ou seja, numa perspectiva técnica, a Educação Física lograva alcançar um lugar de destaque nos *planos educacionais* do governo. Mas ainda que fosse prioritária nos planos educacionais do governo, afirmar que a Educação Física também o seria nos seus planos políticos parece-me, à luz das evidências, um tanto exagerado.

3 Conclusões são possíveis?

Pensando as políticas públicas como possibilidade de organização de demandas, e o aparato legal como possibilidade de manobra dos grupos subordinados da sociedade, conforme propõe Thompson (1987), os tecnocratas da ditadura não teriam cumprido um papel que, talvez para nosso desencanto, atendia aos interesses da corporação dos especialistas em Educação Física daqueles anos? Não emergia ali uma forte pressão para a elevação do *status* institucional da Educação Física, a partir de uma série de considerações em torno de sua relevância social, da necessidade de desenvolvimento de pesquisa na área, o que requeria formação de professores e pesquisadores e alocação de recursos?

O que procurei destacar ao longo dessas rápidas páginas foi justamente *uma* possibilidade histórica: a de que políticas públicas para a Educação Física brasileira nos anos da ditadura militar teriam sido pensadas, gestadas e implementadas, não só a partir dos interesses, como com a colaboração ativa dos profissionais da área, a partir de uma acirrada luta de representações – luta cultural, se preferirmos. No seu horizonte estavam a formação e expansão do ensino superior, a formulação de um estatuto epistêmico, a autonomia da área, a criação da pós-graduação, a prevalência do esporte e da técnica e a tentativa de universalização das suas práticas pela via da definição legal dos seus parâmetros. Mas não devemos nos enganar: a ideologia da formação de atletas via pirâmide esportiva, talvez a premissa básica do *Diagnóstico* de 1971, não vingou; o Brasil não se tornou uma nação olímpica; a Educação Física está cada vez mais distante da possibilidade de definir-se por um estatuto acadêmico-científico próprio, uma vez que a sua polissemia é o que mais tem marcado o tom das discussões atuais; e, o que mais importa no âmbito deste trabalho, as práticas escolares de Educação Física, mesmo que calcadas no esporte, sofreram um abalo com a redefinição da norma legal (Lei 9394/96), além de serem objeto atualmente de uma grande preocupação por parte de professores e pesquisadores que insistem em redefinir aquelas práticas a partir de lógicas extemporâneas à instituição escolar. Ou seja, seja pela tônica esportiva, seja pela ampliação do escopo de intervenção da Educação Física, temos tido muitas dificuldades em justificá-la e sustentá-la nos currículos escolares. A luta obstinada de alguns grupos e indivíduos pela regula-

mentação da Educação Física, com a conseqüente criação de órgãos de classe eminentemente corporativos, a profusão de eventos pseudo-científicos, a mercantilização desenfreada das práticas corporais (escolares ou não), o esvaziamento dos currículos de formação de uma dimensão cultural mais ampla com uma ênfase na especialização aligeirada, não são aspectos recentes que reeditam, guardadas as proporções, a luta dos especialistas de 30 ou 40 anos atrás?

Essas considerações ajudam a justificar minha ênfase sobre a luta de representações de diferentes indivíduos e grupos na definição de políticas públicas para a Educação Física escolar em particular e para a educação e a cultura em geral, nos anos da ditadura militar. A análise da norma legal, exclusivamente, apenas empobrece a compreensão dos conflitos pela definição dos parâmetros legais. Essa análise já foi feita com maior ou menor competência por inúmeros autores. E, em linhas gerais, procurei, a partir dos recortes expostos e nos limites deste estudo, mostrar que a dominação, em qualquer de suas formas, é uma via de mão dupla. Os grupos no poder podem impor mas podem propor. Podem ordenar, mas podem acatar. Essa é a dinâmica do conflito. Lembrando de Gramsci (1991), a hegemonia requer coação e consentimento. No caso específico da Educação Física brasileira creio que precisamos rever as evidências sobre as quais cristalizamos uma interpretação das relações entre estado, políticas, governamentais e professores (escolares e do ensino superior). As atuais dificuldades pelas quais passa a Educação Física escolar não seriam uma herança de um processo que contou com a colaboração ativa dos especialistas da área? Qual o grau da participação desses especialistas na definição dos pressupostos que nortearam a Educação Física nos últimos 40 anos no Brasil? Talvez o maior impacto daquelas políticas de 30 anos atrás tenha um efeito mais devastador sobre nós hoje do que sobre aqueles profissionais daqueles anos.

Espero, mais do que respostas, ter oferecido um conjunto de pistas que provoquem a necessidade de os historiadores da Educação Física (e da educação) conhecerem melhor a complexa relação entre políticas públicas e experiência histórica. Mesmo que os gestores dessas políticas mexam com nossos mais caros princípios por se configurarem como partícipes de uma ditadura, deplorável por princípio.

Notas

- 1 Devemos observar que a década de 60 do séc. XX marca uma profunda crítica aos modelos escolares em todo o mundo, crítica essa que propiciará o desenvolvimento de inúmeras teorias de cunho sociológico, histórico e filosófico sobre os sentidos da escolarização. Teorias serão gestadas, disciplinas serão criadas e o fenômeno educacional será objeto de um largo conjunto de reformas em países das mais diversas extrações político-ideológicas. Sobre as demandas estudantis pela reforma do ensino superior no Brasil ver Cunha (1979 e 1989).
- 2 Os procedimentos e o tratamento por mim dados às fontes orais, estão explicitados em TABORDA de Oliveira (2001).
- 3 O professor Lamartine Pereira DaCosta foi por mim entrevistado em dezembro de 1998, no Programa de Pós- Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro.
- 4 Na década de 1980 haveria ainda o *III Plano Setorial para a Educação Física e os Desportos*.
- 5 Adiciono um comentário historicamente anacrônico, mas de caráter elucidativo. Penso que ainda hoje nos enredamos em dificuldades de igual natureza. Por vezes queremos transplantar para o universo escolar aquilo que é duvidosamente tomado por Educação Física escolar. Não fazemos a devida crítica de determinadas práticas corporais e reduzimos tudo a conteúdos passíveis de serem ensinados na escola. Nesse sentido naturalizamos coisas como o esporte e as lutas como se sua própria base histórica fosse apenas uma questão de vontade humana individual. Daí não estranhar que muitos continuem a insistir no potencial pretensamente formativo do desporto escolar. As reflexões de Paul Governali, há praticamente trinta anos, nos provocam a pensar se algumas das concepções mais “avançadas” da Educação Física brasileira atual (não seria mundial?) não estão tão enraizadas no nosso imaginário que abdicamos da crítica e nos adaptamos a convenções corporativas. Ainda que deva ser necessariamente matizada, creio que estamos nos ressentindo de um pouco de ideologia nas nossas análises. Sobre ideologia ver Eagleton (1997).

- 6 Um exemplo disso são as Resoluções n. 9, de 06/10/1969 e n. 2068, de 06/11/1969. A primeira “fixa os mínimos de duração e conteúdo a serem destinados à formação pedagógica nos cursos de licenciatura”. A resolução n. 2068 “fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Educação Física”. O zelo que havia pela definição de padrões de formação de professores para as licenciaturas (a Educação Física nem era assim designada!) parece não ter correspondência para os cursos de Educação Física (SANTOS, 2002).
- 7 DaCosta indica que Ovídio de Souza era funcionário público, advogado e estava “encostado” na divisão de publicações do MEC, por estar respondendo a alguns IPM’s (inquéritos policiais militares). Segundo o depoente, Souza teve inúmeros problemas com os militares em função de supostas participações e/ou manifestações suas contra os governos militares.
- 8 Devemos lembrar que eram inúmeras as iniciativas de formação aligeirada de professores de Educação Física, pelo menos desde o início da década de 50. Os famosos cursos de Santos, por exemplo, propunham não só um “aperfeiçoamento técnico-pedagógico” como uma formação inicial básica em caráter precário para aqueles interessados em ministrar aulas de Educação Física. No Paraná esses cursos eram promovidos em conjunto pela APEF, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná e o Departamento de Educação Física do Paraná, desde meados dos anos 50, muitos com o título de Curso Internacional de Educação Física, como é o caso do I curso (1957) e do II curso (1959), segundo os Arquivos da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

Referências

- ARENO, Waldemar. Os desportos e a vida universitária. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 6, p. 91-97, 1969.
- BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Brasília, n.1, p. 50, 1968.
- CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro; PINHEIRO, Ewerton Negri. Ginástica de pausa, trabalho e produtividade. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 20, p. 38-42, 1974.

- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil – JK/JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- DACOSTA, Lamartine Pereira. Indicadores do desempenho atlético e implicações na reorganização dos desportos no Brasil. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 8, p.17-23, 1969.
- _____. *Diagnóstico de educação física e Desportos no Brasil*. Brasília: CDRH-MP/DEF-MEC, 1971.
- _____. *Entrevista gravada em 09 de dezembro de 1998*. p. 6, 1971.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ENCONTRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA GUANABARA, 3, Recomendações. Niterói: Associação dos Professores de Educação Física da Guanabara, 1972.
- FERREIRA, Arthur O. da. Editorial Boletim Técnico Informativo, Brasília, n. 1, 5-6, 1968
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- GOVERNALI, Paul. O professor de Educação Física e a função de treinador. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 20, p. 6-11, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Maquiavel: a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- KERKORSKI, Evaldo. *Entrevista gravada em 12 de maio de 1998*.
- MAHEU, René. Desporto e cultura. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 13, p. 48-58, 1973a.
- _____. Desporto e educação. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 16, p. 6-23, 1973b.
- MANIFESTO mundial da Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 10, p. 9-17, 1971.
- MARQUES, Eric Tinoco. O tempo de colher. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 12, p. 6-7, 1972.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANTOS, Kefren Calegari dos. *Escola de Educação Física de São Paulo/USP: um estudo sobre o currículo do curso de formação de professores de Educação Física (décadas de 1960 e 1970)*. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SOUZA, Ovídio Silveira de. A mais difícil das artes. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 8, p.117-119, 1968.
- _____. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 12, p. 7-20, 1973.
- TABORDA Oliveira Marcus Aurelio de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. 399 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. *Educação Física e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VEADO FILHO, Pedro AdVincula. Educação Física e desportos e a escola. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 19, p. 60-63, 1974.
- REUNIÃO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 6. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 1, p. 50-59, 1968.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

Public Policies for Physical Education in Brazil during the Military Regime: just a kind of representation?

Abstract:

The aim of this work is to indicate the existence of a complex of different representations concerning school professional's formation on Physical Education in the years of Brazilian military regime. The work is based on diverse sources as teacher' statements, international manifests, and minutes of Unions as well as the debate held by the Revista Brasileira de Educação Física e Esportes from 1968 to 1984. The conclusion is that the interest on the scientific formation of teachers was actually a central problem to those various social agents who vindicated a higher social status and appreciation to Physical Education.

Keywords: *School discipline - History; Physical education - History; Physical education teacher -Formation; Public policy*

Políticas Públicas para la educación física escolar en Brasil durante la dictadura militar: solamente una representación?

Resumen

Este trabajo tiene por objeto señalar un conjunto diverso de representaciones sobre la formación que se pretendía para el profesor escolar de Educación Física en los años de la dictadura militar en Brasil. Para ello, se tuvieron en cuenta diversas fuentes como relatos de profesores, manifiestos internacionales, actas de entidades clasistas, además del debate expuesto en las páginas de la Revista Brasileira de Educação Física y Deportes, publicado entre los años de 1968 y 1984. Se concluye que la preocupación con una formación de profesores, denominada como científica, era una cuestión de orden para los diferentes agentes, que reivindicaban la elevación del estatus social y la valorización del profesor de Educación Física.

Palabras clave: *Disciplina escolar - Historia; Educación Física - História; Profesores de Educação Física - Formação; Políticas Públicas*

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira
Universidade Federal do Paraná. Contato:
Rua Goiânia, 1597, sobrado 70, Bairro
Cajuru, Curitiba/PR, CEP 82940-150.
Telefones: (41) 360.5170 (UFPR). Fax: (41)
264.3574. E-mail: marcusat@onda.com.br

Recebido em:03/02/2003
Aprovado em:09/03/2003